

RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY

MANUAL DE Direito Processual Civil

Teoria Geral do Processo • Processo de Conhecimento • Processos nos Tribunais
• Recursos • Liquidação • Processo de Execução • Procedimentos Especiais

2ª edição
2019

saraiva  jur



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Munio Angeli Dias dos Santos
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Carolina Mihoko Massanhi Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação	NSM Soluções Gráficas Ltda.
Revisão	Cintia Leitão
Capa	Idée arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Thamay, Rennan

Manual de direito processual civil / Rennan Tamay. – 2. ed.
– São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título II. Série.

18-1518

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	347.9
2. Processo civil : Direito civil	347.9

1145634

Data de fechamento da edição: 7-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605373 CAE 630789

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	9
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO	27
1. Introdução	27
2. Princípios	29
2.1. Aspectos gerais	29
2.2. Princípios fundamentais	33
2.2.1. Princípio do devido processo legal	34
2.2.2. Princípio do contraditório e da ampla defesa	36
2.2.3. Princípio do acesso à Justiça	40
2.2.4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	42
2.2.5. Princípio da motivação	43
2.2.6. Princípio da publicidade	46
2.2.7. Princípio do juiz natural	49
2.2.8. Princípio da igualdade	51
2.2.9. Princípio da razoável duração do processo	53
2.2.10. Princípio da cooperação	55
2.2.11. Princípio do acesso à Justiça	57
2.3. Dicas importantes – princípios fundamentais	58
3. Organização judiciária	58
3.1. A organização judiciária no Brasil: aspectos iniciais	58
3.2. Órgãos do Poder Judiciário	59
3.2.1. O Supremo Tribunal Federal	59
3.2.2. O Conselho Nacional de Justiça	63
3.2.3. O Superior Tribunal de Justiça	65
3.2.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais	68

3.2.5.	Os Tribunais e Juizes do Trabalho.....	70
3.2.6.	Os Tribunais e Juizes Eleitorais.....	73
3.2.7.	Os Tribunais e Juizes Militares.....	75
3.2.8.	Os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	76
3.2.9.	Funções essenciais à Justiça: Advocacia e Ministério Público ...	77
3.2.10.	Dicas importantes – organização do Poder Judiciário.....	78
4.	Jurisdição.....	79
4.1.	Introdução: aspectos iniciais.....	79
4.2.	Princípios da jurisdição.....	81
4.3.	Características	82
4.4.	Novos contornos da jurisdição	83
4.4.1.	A arbitragem como método alternativo de solução de conflitos	85
4.4.2.	A sentença arbitral.....	89
4.5.	Jurisdição voluntária	91
4.6.	Jurisdição especial e comum.....	92
4.7.	Limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional.....	93
4.7.1.	Da cooperação nacional	96
5.	Competência	97
5.1.	Definição.....	97
5.2.	Critérios de fixação	102
5.3.	Competência relativa e absoluta.....	103
5.3.1.	Alegações de competência.....	104
5.3.2.	Dicas importantes – competência relativa e absoluta.....	105
5.4.	Modificação da competência	105
5.5.	A competência em face dos Tribunais Superiores: posição sumular	107
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO		111
1.	Ação	111
1.1.	Conceito	111
1.2.	Teorias da ação	112
1.3.	Condições da ação.....	112
1.4.	Noções introdutórias das condições da ação.....	115
1.5.	Condições da ação e mérito	119
1.6.	Interesse de agir	119
1.7.	Legitimação para a causa.....	123
2.	Processo e procedimento.....	127
2.1.	Pressupostos processuais	128
2.1.1.	Pressupostos de existência.....	130

2.1.2. Pressupostos de validade (de desenvolvimento)	130
2.1.3. Pressupostos processuais negativos	131
CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS	133
1. Classificação dos atos processuais.....	135
1.1. Atos das partes.....	135
1.2. Atos (pronunciamentos) do juiz.....	137
1.3. Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	138
2. Do tempo e do lugar dos atos processuais	139
3. Comunicação dos atos processuais	141
3.1. Cartas	141
3.2. Citação.....	142
3.2.1. Dicas importantes - citação	143
3.3. Intimação	144
4. Prazos processuais	146
5. Negócios jurídicos processuais	150
CAPÍTULO IV – PARTES, PROCURADORES, LITISCONSÓRCIO E TERCEIROS.....	157
1. Partes: capacidades	157
2. Partes: sucessão	158
2.1. Dos deveres das partes e de seus procuradores e da responsabilidade das partes por dano processual	160
2.2. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.....	162
3. Dos procuradores	168
4. Ministério Público.....	170
5. Litisconsórcio.....	172
5.1. Litisconsórcio necessário e facultativo	173
5.2. Litisconsórcio unitário e simples.....	176
5.3. Dicas importantes – litisconsórcio.....	177
6. Intervenção de terceiros.....	178
6.1. Assistência simples e litisconsorcial	179
6.2. Denúnciação da lide.....	181
6.3. Chamamento ao processo	184
6.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	186
6.4.1. Aspectos introdutórios.....	186
6.4.2. Aspectos básicos a respeito da personalidade jurídica	187
6.4.3. A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro	189
6.4.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002: a caracterização do abuso da pessoa jurídica.....	191

6.4.5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	192
6.4.6.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	194
6.4.7.	O procedimento da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	196
6.5.	<i>Amicus curiae</i>	198
6.6.	Dicas importantes – intervenção de terceiros	201
CAPÍTULO V – NULIDADES		203
1.	Aspectos gerais	203
2.	Das nulidades em espécie	206
2.1.	Citação	206
2.2.	Intimações	208
3.	Ministério Público e a nulidade processual	211
4.	Decisão <i>citra, ultra</i> e <i>extra petita</i>	213
CAPÍTULO VI – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO		215
1.	Elementos e estrutura	215
CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA		219
1.	Da tutela provisória	219
2.	Fundamento constitucional	224
3.	Da recorribilidade	225
4.	Provisoriedade e eficácia	226
5.	Medidas e efetivação da tutela provisória	227
6.	Competência	228
7.	Tutela de urgência	229
8.	Tutela antecipada e a irreversibilidade	231
9.	Tutela cautelar	233
10.	Tutela da evidência	233
11.	Procedimento da tutela antecipada antecedente	237
11.1.	Estabilização da tutela antecipada antecedente	239
12.	Procedimento da tutela cautelar antecedente	242
13.	Decisão, eficácia, mutabilidade e revogação	245
14.	Dicas importantes – tutela provisória	245
CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO		247
1.	Formação do processo	247

2. Suspensão do processo	248
3. Extinção do processo.....	252
4. Dicas importantes – estrutura processual	254
CAPITULO IX – PROCESSO DE CONHECIMENTO	257
1. Petição inicial	257
1.1. Conceito	257
1.2. Requisitos	258
1.3. O pedido	264
1.4. Posturas do juiz diante da petição inicial.....	268
1.5. Da improcedência liminar do pedido	269
2. Audiência de conciliação ou de mediação.....	272
2.1. Estrutura geral	272
3. Atitudes do réu	275
3.1. Introdução.....	275
3.2. Contestação.....	275
3.3. Reconvênção	283
4. Revelia	285
4.1. Introdução.....	285
4.2. Efeitos da revelia.....	286
4.2.1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (art. 344).....	286
5. Das providências preliminares e do saneamento	287
6. Julgamento conforme o estado do processo	288
6.1. Da extinção do processo	289
6.2. Do julgamento antecipado do mérito	290
6.3. Do julgamento antecipado parcial do mérito	290
6.4. Do saneamento e da organização do processo	291
7. Audiência de instrução e julgamento	294
7.1. Disposições gerais.....	294
7.2. Os debates orais e os memoriais escritos.....	295
7.3. O encerramento da audiência	296
CAPÍTULO X – PROVAS	297
1. Disposições gerais.....	297
2. Objeto.....	299
3. Ônus da prova.....	300
4. Provas em espécie	302

4.1. Da produção antecipada da prova (arts. 381 a 383)	302
4.2. Da ata notarial (art. 384)	304
4.3. Do depoimento pessoal (arts. 385 a 388).....	304
4.4. Da confissão (arts. 389 a 395)	306
4.5. Da exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404)	307
4.6. Da prova documental (arts. 405 a 441)	309
4.7. Da prova testemunhal	311
4.8. Da prova pericial	313
4.9. Da inspeção judicial.....	315
4.10. Dicas importantes – prova.....	315
CAPÍTULO XI – DA SENTENÇA	317
1. Sentença	317
1.1. Aspectos iniciais	317
1.2. Sentença no CPC	318
1.3. Espécies de sentenças	319
1.4. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença	324
1.5. Elementos e aspectos de relevo da sentença	325
1.6. Sentença e o dever de fundamentação.....	328
1.7. Dicas importantes – sentença.....	334
CAPÍTULO XII – A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	337
1. Introdução.....	337
2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais	338
2.1. A coisa julgada.....	339
2.2. A preclusão	342
2.3. O trânsito em julgado	345
CAPÍTULO XIII – DA COISA JULGADA.....	349
1. Elementos para a formação da coisa julgada	349
1.1. Introdução	349
1.2. A formação da coisa julgada: a doutrina da triplíce identidade (<i>triple eadem</i>) como suporte para a formação da coisa julgada	349
2. A coisa julgada como a imutabilidade da decisão de mérito.....	351
2.1. Introdução.....	351
2.2. Coisa julgada material x formal	352
2.2.1. Coisa julgada material: a verdadeira <i>res iudicata</i>	352
3. Limites da coisa julgada	355
3.1. Introdução.....	355
3.2. Limites subjetivos.....	355

3.3. Limites objetivos	358
3.4. Limites temporais.....	360
3.5. Limites territoriais	362
4. A coisa julgada como garantia constitucional	363
4.1. Introdução.....	363
4.2. Fundamentos políticos da coisa julgada	366
4.3. O direito fundamental à coisa julgada.....	367
4.4. Alcance da coisa julgada como garantia constitucional	368
5. A coisa julgada no direito processual civil	369
5.1. Introdução	369
5.2. A coisa julgada no CPC.....	370
5.2.1. A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502.....	370
5.2.2. A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503.....	371
5.2.3. Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504	374
5.2.4. Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505... ..	376
5.2.5. Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506	377
5.2.6. Interpretação do art. 274 do CC à luz do art. 506 do CPC.....	381
5.2.7. Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507	383
5.2.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508	386
CAPÍTULO XIV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	389
1. Da ordem dos processos no Tribunal.....	389
1.1. Distribuição, conexão e prevenção	390
1.2. Atuação e incumbência do relator	391
1.3. Julgamento	397
1.3.1. Julgamento estendido.....	403
1.3.2. Os votos e acórdãos.....	404
2. Incidente de assunção de competência	405
2.1. Cabimento e generalidades.....	405
2.2. Repercussão social e questão relevante.....	406
2.3. Objetivo.....	408
2.4. Legitimidade	409
2.5. Procedimento, julgamento e efeitos	409
2.6. Recursos cabíveis.....	410
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	411
3.1. Aspectos iniciais e natureza jurídica.....	411

3.2.	Da permissão constitucional.....	411
3.3.	Da legitimidade, momento e preclusão	411
3.4.	Procedimento, julgamento e efeitos	412
4.	Conflito de competência.....	413
4.1.	Generalidades, cabimento e legitimidade.....	413
4.2.	Procedimento, decisão e efeitos	415
5.	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	417
5.1.	Generalidades, cabimento e homologação.....	417
5.2.	Requisitos	418
5.3.	Do cumprimento da decisão.....	420
6.	Ação rescisória.....	420
6.1.	Conceito e generalidade	420
6.2.	Decisão que pode ser rescindida	424
6.3.	Cabimento	425
6.4.	Legitimidade	432
6.5.	Prazo decadencial.....	433
6.6.	Processamento, procedimento, decisão, efeitos e recursos	435
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	436
7.1.	Generalidades e natureza jurídica	436
7.2.	Cabimento	438
7.3.	Legitimados.....	440
7.4.	Procedimento, decisão e efeitos	440
8.	Reclamação	444
8.1.	Generalidades.....	444
8.2.	Natureza jurídica.....	446
8.3.	Classificação da reclamação.....	450
8.4.	Cabimento	451
8.5.	Sujeitos da reclamação	453
8.6.	Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação	455
CAPÍTULO XV – DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES		457
1.	Precedentes	457
1.1.	Conceito de precedentes.....	459
1.2.	O Código de Processo Civil e o sistema dos precedentes à brasileira... ..	462
1.2.1.	A fundamentação e estrutura dos precedentes.....	463
1.2.2.	A força dos precedentes e o fortalecimento institucional do Judiciário	466
1.2.2.1.	Os precedentes e a inconstitucionalidade.....	468

1.2.3.	Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes..	470
1.2.4.	Influência, efeitos e superação dos precedentes	472
1.2.5.	Conflito entre precedentes.....	474
CAPÍTULO XVI – RECURSOS		475
1.	Teoria geral dos recursos	475
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos.....	475
1.1.1.	Introdução: alguns aspectos iniciais	476
1.2.	Objetivo dos recursos	479
1.2.1.	Reforma.....	479
1.2.2.	Invalidação.....	480
1.2.3.	Esclarecimento.....	481
1.2.4.	Integração	482
1.3.	Prejuízo	482
1.4.	Reexame.....	483
1.5.	Dos princípios aplicáveis aos recursos.....	483
1.5.1.	Princípio da correspondência.....	483
1.5.2.	Princípio da unirrecorribilidade.....	484
1.5.3.	Princípio da taxatividade	485
1.5.4.	Princípio da fungibilidade recursal.....	486
1.5.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	490
1.5.6.	Princípio da proibição do <i>reformatio in pejus</i>	492
1.6.	Admissibilidade do recurso.....	496
1.6.1.	Legitimidade.....	497
1.6.2.	Interesse recursal.....	499
1.6.3.	Cabimento.....	500
1.6.4.	Tempestividade.....	500
1.6.5.	Preparo.....	502
1.6.6.	Regularidade formal	504
1.6.7.	Dialeciticidade.....	505
1.7.	Do juízo de recebimento, conhecimento e provimento dos recursos	506
1.8.	Efeitos dos recursos.....	508
1.8.1.	Efeito devolutivo	508
1.8.2.	Efeito translativo	510
1.8.3.	Efeito suspensivo	512
1.8.4.	Efeito obstativo	514
1.8.5.	Efeito ativo (suspensivo ativo)	515
1.9.	Recurso adesivo.....	515

1.10.	Desistência do recurso.....	517
1.11.	Renúncia ao direito de recorrer	519
1.12.	Irrecorribilidade dos despachos	520
1.13.	Impugnação total ou parcial da decisão	521
1.14.	Fluência e contagem dos prazos recursais	521
1.15.	Morte da parte ou do procurador	523
1.16.	Recurso interposto por um dos litisconsortes.....	524
1.17.	Trânsito em julgado e baixa dos autos do processo.....	525
1.18.	O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada.....	525
2.	Apelação.....	526
2.1.	Cabimento da apelação.....	527
2.2.	Procedimento, estrutura e prazo da apelação	529
2.3.	Apelação e os poderes do relator	531
2.4.	Efeito suspensivo da apelação: entre a regra e a exceção.....	533
2.5.	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	535
2.6.	Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória.....	536
2.7.	Questões de fato não propostas no juízo inferior.....	536
3.	Agravo de instrumento	538
3.1.	Cabimento	538
3.2.	Requisitos e forma de interposição	543
3.3.	Formação do instrumento do agravo	544
3.4.	Meios de interposição do agravo de instrumento	545
3.5.	Da juntada aos autos de cópia da petição do agravo	546
3.6.	Do procedimento e julgamento.....	546
4.	Agravo interno	547
4.1.	Cabimento	548
4.2.	Competência	549
4.3.	Impugnação específica.....	549
4.4.	Contrarrazões e procedimento	550
4.5.	Reprodução dos fundamentos da decisão agravada.....	550
4.6.	Multa.....	551
5.	Embargos de declaração.....	552
5.1.	Cabimento	553
5.2.	Prazo.....	556
5.3.	Procedimento e julgamento.....	556
5.3.1.	Dos embargos como agravo interno	556

5.3.2.	Da complementação/alteração das razões dos recursos já interpostos.....	557
5.3.3.	Do efeito interruptivo nos embargos.....	557
5.3.4.	Concessão do efeito suspensivo nos embargos de declaração.....	557
5.3.5.	Embargos de declaração protelatórios e seus efeitos	557
6.	Recurso ordinário	558
6.1.	Recurso ordinário para o STF	558
6.2.	Recurso ordinário para o STJ	559
6.3.	Agravo de instrumento.....	560
6.4.	Causa madura	560
6.5.	Admissibilidade e procedimento nas causas internacionais	560
6.6.	Procedimento nas ações constitucionais perante o tribunal de origem ..	561
7.	Recursos especial e extraordinário	561
7.1.	Esgotamento das vias ordinárias.....	562
7.2.	Não cabe reexame de prova.....	562
7.3.	Necessário prequestionamento.....	562
7.4.	Inexistência automática de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário.....	563
7.5.	Cabimento	563
7.5.1.	Cabimento do recurso extraordinário.....	563
7.5.2.	Cabimento do recurso especial	564
7.6.	Procedimento e processamento	564
7.6.1.	Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial.....	567
7.6.2.	Da repercussão geral	568
7.7.	Do Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	569
8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	573
8.1.	Cabimento	573
8.2.	Procedimento e processamento	573
9.	Embargos de divergência.....	574
9.1.	Cabimento	575
9.2.	Procedimento e processamento.....	576
10.	Dicas importantes – recursos	577
10.1.	Jurisprudência do STJ).....	583
CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO		585
1.	Liquidação de sentença.....	585
1.1.	Generalidades	585
1.2.	Natureza jurídica.....	586

1.3. Legitimados	587
1.4. Cabimento e procedimento	588
1.5. Liquidação e coisa julgada	592
1.6. Dicas importantes – liquidação	594
CAPÍTULO XVIII – EXECUÇÃO	595
1. Introdução e panorama da tutela executiva	595
2. Da autonomia ao sincretismo da tutela executiva	597
3. Da estrutura da tutela executiva no CPC	598
3.1. Da patrimonialidade	599
3.2. Desfecho único	600
3.3. Da respeitabilidade da boa-fé.....	601
3.4. Da transparência patrimonial.....	602
3.5. Da adequação.....	602
4. Princípios específicos da execução.....	603
4.1. Princípio da máxima utilidade da execução.....	605
4.2. Princípio do menor sacrifício do executado	606
4.3. Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	609
4.4. Princípio da taxatividade	611
5. Requisitos para a execução	613
5.1. Ponto de esclarecimento sobre os requisitos	614
5.2. Liquidez.....	615
5.3. Certeza	616
5.4. Exigibilidade.....	617
5.5. Inadimplemento.....	617
5.6. Cumulação de execuções.....	618
5.7. Um estudo do direito sumular	619
6. Espécies de títulos executivos.....	620
6.1. Títulos executivos extrajudiciais no CPC	620
6.1.1. A aplicação do direito intertemporal e os títulos executivos extrajudiciais	620
6.1.2. Títulos executivos extrajudiciais no CPC.....	621
6.1.2.1. Cédula de Produto Rural como título executivo extrajudicial.....	625
6.1.2.2. Requisitos da Cédula de Produto Rural (CPR).....	625
6.2. Títulos executivos judiciais no CPC.....	626
7. Modalidades executivas.....	631
7.1. Cumprimento de sentença	631

7.1.1.	Noções gerais	631
7.1.2.	Características.....	632
7.1.3.	Execução definitiva e provisória.....	633
7.1.4.	O cumprimento da sentença e seus requisitos necessários.....	634
7.1.5.	A definição da competência no cumprimento da sentença.....	637
7.1.6.	A constituição de capital.....	638
7.1.7.	Impugnação ao cumprimento da sentença	639
7.1.7.1.	Noções gerais	639
7.1.7.2.	Legitimidade.....	640
7.1.7.3.	Prazo	640
7.1.7.4.	Casos de cabimento da impugnação.....	640
7.1.7.5.	Do efeito suspensivo.....	642
7.1.7.6.	Dos recursos.....	643
7.2.	Execução de título executivo extrajudicial	644
7.2.1.	Aspectos introdutórios.....	644
7.2.2.	Legitimados	644
7.2.3.	Demanda executiva e seus aspectos, desistência e efeitos	645
7.2.4.	A escolha dos bens.....	645
7.2.5.	Da condição ou termo e da cumulação de execuções	645
7.2.6.	Da responsabilidade do exequente, das multas e indenizações.	645
7.2.7.	Da competência	646
7.2.8.	Do título executivo e da exigibilidade da obrigação.....	647
7.2.9.	Da responsabilidade patrimonial	647
7.2.10.	Aspectos gerais, petição inicial executiva, documentos necessários e demais aspectos da execução extrajudicial.....	650
7.3.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	653
7.3.1.	Aspectos gerais	653
7.3.2.	Da penhora de bens e seus consectários	656
7.3.3.	Da penhora de créditos	660
7.3.4.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas.....	661
7.3.5.	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	662
7.3.6.	Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	664
7.3.7.	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.	665
7.3.8.	Da avaliação	666
7.3.9.	Da adjudicação.....	667

7.3.10.	Da alienação por iniciativa do particular.....	668
7.3.11.	Da alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial	669
7.3.12.	Da satisfação do crédito	675
7.4.	Execução para entrega de coisa.....	676
7.5.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	678
7.6.	Da execução fiscal	680
7.6.1.	Da averbação pré-executória.....	683
7.7.	Embargos à execução	684
7.8.	Da suspensão da execução	689
7.9.	Da extinção do processo de execução.....	690
8.	Dicas importantes – execução	690
8.1.	Jurisprudência do STJ.....	692
 CAPÍTULO XIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		695
1.	Dos procedimentos especiais: elementos, estrutura, procedimentos e formas	695
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos.....	695
1.2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	697
1.2.1.	Ação de consignação em pagamento	697
1.2.2.	Ação de exigir contas.....	702
1.2.3.	Ações possessórias.....	705
1.2.3.1.	Manutenção e reintegração de posse.....	711
1.2.3.2.	Interdito proibitório.....	712
1.2.4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares	713
1.2.4.1.	Aspectos gerais	713
1.2.4.2.	Da demarcação	715
1.2.4.3.	Da divisão.....	717
1.2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade	719
1.2.6.	Inventário e partilha.....	723
1.2.7.	Embargos de terceiro.....	733
1.2.8.	Oposição.....	736
1.2.9.	Habilitação	737
1.2.10.	Das ações de família	738
1.2.11.	Ação monitória.....	740
1.2.12.	Homologação do penhor legal	743
1.2.13.	Da regulação de avaria grossa.....	745
1.2.14.	Da restauração de autos.....	747

1.3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	749
1.3.1. Disposições gerais	749
1.3.2. Da notificação e da interpelação	750
1.3.3. Da alienação judicial	751
1.3.4. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio	752
1.3.5. Testamentos e codicilos	754
1.3.6. Da herança jacente	756
1.3.7. Dos bens dos ausentes	758
1.3.8. Das coisas vagas	759
1.3.9. Da interdição	760
1.3.10. Das disposições comuns à tutela e à curatela	764
1.3.11. Da organização e da fiscalização das fundações	765
1.3.12. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	767
1.4. Dicas importantes – procedimentos especiais	769
1.5. Jurisprudência do STJ	770
<i>Referências bibliográficas</i>	773